

# Teoria feminista e as estadunidenses na Segunda Guerra Mundial

CAMILA ARUSA PERDONO

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

**RESUMO:** O artigo busca compreender as mudanças no papel da mulher na sociedade estadunidense, considerando o impacto do movimento feminista e da Segunda Guerra Mundial. Nossa abordagem centra-se em uma análise histórica e na teoria feminista das Relações Internacionais, com enfoque no campo da defesa e segurança internacional. Conclui-se que a participação ativa das mulheres na sociedade possibilitou seu ingresso em ambientes anteriormente marcados pela figura masculina.

**Palavras-chave:** Teoria Feminista. Relações Internacionais. Estados Unidos. Mulher. Segunda Guerra Mundial.



## Feminist theory and american women in the second world war

**ABSTRACT:** The article seeks to understand the changes in the role of women in US society, considering the impact of the feminist movement and World War II. Our approach centers on a historical analysis and feminist theory of International Relations, with a focus on the field of defense and international security. We conclude that the active participation of women in society has enabled their entry into environments previously marked by the male figure.

**Keywords:** Feminist Theory. International Relations. United States. Woman. Second World War.

---

**CAMILA ARUSA PERDONO**

Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).  
E-mail: camilaperdono@yahoo.com.br

---

**TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA**

Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Coordenadora e docente do curso de Relações Internacionais da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).  
E-mail: tasouza@unaerp.br

---

RECEBIDO: 30/06/2020

APROVADO: 26/02/2021

## 1 Introdução

Com base nas movimentações acerca do papel da mulher na sociedade e na ascensão da luta feminista para maior igualdade de gênero, vemos a necessidade de reflexão sobre o papel das mulheres no contexto de guerra, visto ser este um ambiente lembrado apenas pela presença masculina. Dessa forma, o presente artigo busca compreender as mudanças ocorridas no papel da mulher na sociedade estadunidense, considerando o impacto do movimento feminista durante o período do entreguerras, de 1920 a 1939, e da Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945. Para essa análise, foram escolhidos o período do entreguerras como contexto base de estudo do movimento feminista e de inserção da mulher na sociedade, assim como a Segunda Guerra Mundial, por ser um conflito que promoveu o início da participação feminina mais ativa nas dinâmicas da guerra.

Ademais, o país escolhido como foco de análise foram os Estados Unidos da América - EUA, tendo em vista a propagação da ideia de que, por ser um Estado ocidental, o país possuiria um posicionamento mais inclusivo. Contudo, paradoxalmente, não houve uma abertura para a participação feminina no *front* do conflito. Nossa metodologia está centrada em uma análise histórica, pautada em revisão bibliográfica e abordagens da Teoria Feminista das Relações Internacionais, com enfoque no campo da defesa e segurança internacional.

A conscientização de que as questões envolvendo gênero deveriam ser discutidas no âmbito internacional começou a ganhar força no Pós-Guerra Fria, quando o campo das Relações Internacionais começou a estudar as resoluções de conflito. O espaço das mulheres nas Relações Internacionais vem sendo evitado por muito tempo; porém, as feministas vieram para ressaltar que a luta por espaço e reconhecimento é constante, sobretudo para as mulheres.

Tal ideia se justifica porque, como estudos demonstram, o impacto do conflito armado sobre a vida das mulheres acontece de diferentes maneiras. Como exemplo, citam-se: a violência sexual e a mutilação, que contribuem para que a taxa de mortalidade das mulheres seja maior do que a dos homens; o fato de o número

de mulheres e crianças refugiadas representarem quase 70% da população em refúgio; além das mulheres serem as primeiras a perderem seus empregos (TICKNER, 2018).

Historicamente, a mulher estadunidense possui responsabilidades voltadas ao lar, como a criação de filhos e a subordinação aos maridos. No fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), começaram a surgir manifestações feministas em prol de seus direitos e da igualdade de gênero. Os movimentos feministas dividiram-se em três fases e sofreram influência direta da Revolução Francesa (1789). O movimento, de características social, política e econômica, tinha como objetivo discutir e lutar pelos direitos das mulheres. Até o final do século XIX, não era permitido às mulheres o estudo, o voto, a leitura e a escrita, restando apenas trabalhos domésticos e subordinados aos homens.

A primeira onda do movimento feminista teve início no final do século XIX e durou até meados do século XX. Nessa fase, as principais pautas defendidas eram relacionadas aos direitos políticos, à liberdade de escolha e ao direito ao voto. Foi nesse período que as estadunidenses conseguiram ter direito de participar de votações, que até então era apenas permitido aos homens.

A Segunda Guerra Mundial ocorreu de 1939 a 1945 e teve a participação de 72 países. O conflito teve início quando o Reino Unido e a França declararam guerra à Alemanha, formando-se duas alianças militares: a do Eixo, um pacto de apoio mútuo entre Alemanha, Japão e Itália com contra-ataques de outros países; e os Aliados, formado por diversos Estados, mas com liderança do Reino Unido e da França (em um primeiro momento). Com a entrada dos EUA, após ataque a sua base militar localizada no Havaí, houve uma virada no conflito, e o "Dia D", em 06 de junho de 1944, ficou conhecido como o dia que marcou o fim da guerra. Contudo, a rendição alemã ocorreu apenas no início de 1945.

A guerra mudou os padrões de família, quando o homem deixou o lar nos cuidados das mulheres para servir ao exército, aumentando ainda mais as responsabilidades delas. Como consequência, a entrada expressiva de mulheres no mercado de trabalho permitiu sua maior independência econômica. A Segunda Guerra Mundial destaca-se como o evento em que houve uma expressiva participação e convocação de mulheres, as quais passaram a ocupar locais

e funções anteriormente consideradas como masculinas, tais como engenheiras, motoristas, e integrantes das Forças Armadas, atuando especialmente na produção de armas e na pilotagem de aviões. Em um primeiro momento, elas foram incentivadas a se voluntariarem, mas, com o avanço dos combates, passaram a ser recrutadas.

Considerando o contexto elucidado, o presente artigo está dividido em quatro seções subsequentes. A primeira tange uma abordagem teórica-conceitual sobre a Teoria Feminista das Relações Internacionais, enfatizando o campo da defesa e segurança internacional. A segunda está centrada no período do entreguerra nos Estados Unidos, de 1920 a 1939, ressaltando o papel da mulher na sociedade e o movimento feminista da época. A terceira, por sua vez, conta com uma abordagem sobre a Segunda Guerra Mundial, relatando a participação da mulher estadunidense. Já a quarta seção, de considerações finais, promove uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no papel feminino nos EUA, considerando os impactos do movimento feminista e da guerra.

## **2 Abordagem teórico-conceitual: teoria feminista das relações internacionais**

Historicamente, a abordagem feminista é incorporada às Relações Internacionais a partir da década de 1980, com a intensificação do debate entre positivistas e pós-positivistas, permitindo reflexões relacionadas às questões de gênero e identidade<sup>1</sup>. Há a construção de um processo reflexivo sobre a neutralidade das Relações Internacionais, ressaltando-se sua formação histórica, bem como a participação e reconhecimento dado aos gêneros envolvidos, visto que, majoritariamente, os conceitos e teorias são elaborados por homens e pautados sob uma perspectiva masculina. A problemática é consagrada com a Conferência “Mulheres e Relações Internacionais”, na *London School of Economics and Political Science* em 1988 (MANZANO, 2015; MONTE, 2013).

Pode-se identificar a primeira geração do movimento feminista das Relações Internacionais pautada na desconstrução da perspectiva masculina, evidenciando as bases das premissas, conceitos e

---

1 De forma geral, segundo as Teorias Feministas, gênero insere-se como uma categoria socialmente construída, variante, e que descreve os corpos sexuais.

teorias da área. Tal questionamento se assemelha à proposta das Teorias pós-positivistas das Relações Internacionais, em especial a pós-moderna, em que há um reconhecimento das práticas de exclusão e silenciamento nas Relações Internacionais e a necessidade de um desmonte das visões e prerrogativas positivistas. Valorizam-se a linguagem, as regras e as identidades, promovendo a inclusão de “gênero” como uma categoria de análise. Já a segunda geração partilha de um olhar para o campo empírico, buscando a valorização do cotidiano feminino sob uma perspectiva sociológica (TICKNER, 2005; ISQUIERDO, 2012).

As teorias de gênero são consolidadas como instrumentos capazes de realizar o questionamento das relações sociais determinadas pelo patriarcado e a desigualdade de gênero, as quais efetivamente contribuem para a sua perpetuação e reprodução frente à sociedade e às Relações Internacionais.<sup>2</sup> Nesse sentido, o campo da defesa e segurança internacional torna-se um espaço de reflexão, visto a sua íntima relação com as visões pré-estabelecidas da sociedade, limitando o papel feminino.

A visão da mulher nesta área está relacionada, primordialmente, com a guerra e a violência sexual – esta última pautada em abusos, assédio e exploração sexual, estupros, dentre outros casos. Considera-se, nesse sentido, o papel da mulher como passivo, em que há um controle sob o corpo feminino, que passa a ser utilizado como arma de guerra e instrumento de promulgação do poder masculino e da parte que efetua a ação violadora (SCHOLZ, 2018). Nesse sentido,

Desde os tempos pré-históricos até o presente, eu acredito, que o estupro desempenhou uma função crítica. Não é nada mais ou menos que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em estado de medo. (BROWMILLER, 1975, p. 15, tradução nossa).<sup>3</sup>

---

2 O conceito patriarcado pode ser compreendido como a hegemonia masculina no campo societal, que oprime as mulheres nas esferas pública e privada.

3 *“From prehistoric times to the present, I believe, rape has played a critical function. It is nothing more or less than a conscious process of intimidation by which all men keep all women in a state of fear”.*

A manutenção da visão de passividade da mulher, centrada em seus corpos como ferramentas de ataque, é convencional e parte central das Relações Internacionais quando são destinados esforços ao estudo da guerra, das Forças Armadas e da questão de gênero. Contudo, nosso papel neste artigo é promover uma visão das mulheres como seres ativos e capazes de serem reconhecidas por sua relevância e essencialidade em conflitos, assim como na área de defesa e segurança internacional.

Nesse sentido, devemos reconhecer que a identidade da mulher é algo construído, como enfatizado por Beauvoir (1980, p. 09), já que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. O mesmo ocorre com as Forças Armadas e seus membros, em que “são impostos comportamentos aos militares que deverão desconstruir sua identidade original e colocar em seu lugar uma nova identidade” (GIANNINI; MATHIAS, 2019, p. 209).

A problemática se intensifica quando se reconhece a existência de relação entre a identidade militar e a masculina, visto que “os adjetivos que definem o militar nas sociedades ocidentais são, em certa medida, os mesmos que definem os homens, o ser masculino: viril, corajoso, audacioso etc.” (GIANNINI; MATHIAS, 2019, p. 209). Observa-se, neste contexto, a reafirmação da masculinidade hegemônica, pautada em “ideologias de virilidade” que caracterizam o modelo existente na sociedade ocidental (MONTE, 2013).

A guerra torna-se e é reconhecida como “naturalmente” masculina, provendo, como já apontado anteriormente, o papel das mulheres como vítima. Dessa forma, quando ocorre a inclusão das mulheres nas Forças Armadas, especialmente para a atuação em guerras, conflitos armados e operações de paz, estas devem desvencilhar-se de sua identidade feminina e reconstruí-la com a perspectiva militar, culminando em uma identidade masculinizada. Apesar disso, mesmo com essa nova identidade, ainda há a sexualização do corpo feminino e a violação de mulheres presentes nas Forças Armadas. Como consequência, elas acabam sendo julgadas e excluídas de seus regimentos, e reconhecidas como culpadas por ações realizadas por homens militares.<sup>4</sup>

---

4 Para uma maior compreensão sobre essa situação no interior das Forças Armadas estadunidenses, recomendamos o documentário “*The invisible war*”.

Ainda se faz importante ressaltar que as mulheres militares, geralmente, são empregadas em atuações longe do *front* de guerra. A participação delas se dá especialmente no âmbito logístico, como veremos na seção deste artigo sobre a Segunda Guerra Mundial. Para que possamos compreender essa situação, é necessário observar que Rússia foi o primeiro país a incorporar oficialmente mulheres nas Forças Armadas profissionais, já em 1917, quando se tornou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Distintamente, os Estados Unidos efetuaram tal ação apenas em 1948.

Mesmo assim, e já no atual século XXI, apenas 10% dos soldados russos são mulheres, enquanto o corpo feminino estadunidense conta com 14% (GIANNINI; MATHIAS, 2019). Tal situação evidencia, desta forma, a perpetuação da estrutura das Forças Armadas e de sua identidade masculina, como também a essencialidade deste artigo e do trato de questões referentes a essa temática.

### **3 O entreguerras e o movimento feminista**

O fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, gerou mudanças no cenário mundial em seus âmbitos político, social e econômico. No ano posterior ao fim da guerra, os Estados Unidos conseguiram dar uma reviravolta em sua economia e se destacar como uma potência econômica. O estilo de vida americano propagado no entre guerras, conhecido como *American Way of Life*, expressa o nacionalismo criado no século XVIII, que tinha como princípios a liberdade, a busca pela felicidade e a crença dos direitos à vida. Essa atitude passava também por temas como consumismo, padronização social e fundamentos democráticos. (AFONSO, 2015).

Os EUA vendiam a ideia de que a felicidade provinha de meios materiais, do consumo e da possibilidade de se desfrutar do tempo livre com lazer, caracterizando o sentido da vida. Porém, com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, essa prosperidade foi colocada em prova, fazendo o país passar por uma grande crise econômica. Para conseguir reerguer a nação, o presidente Roosevelt lança o programa *New Deal*, composto de um conjunto

de medidas econômicas e sociais, investindo em obras públicas, empregos e controle da produção. Ainda assim, foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial que o país consegue efetivamente recuperar por completo sua capacidade produtiva, ascendendo como superpotência mundial (HOBSBAWM, 1995).

Paralelamente a esse cenário, estavam ocorrendo movimentos feministas em todo o mundo. A origem do movimento foi influenciada pela Revolução Francesa (1789) e as alterações que começaram a acontecer nessa época. O movimento feminista é um movimento social, político e econômico que tem o objetivo de discutir e lutar por direitos das mulheres.

Até o final do século XIX, às mulheres não era permitido o estudo, o voto, a leitura e a escrita. Com isso, as possibilidades de trabalho eram restritas, restando a elas apenas a realização de atividades domésticas. Um exemplo dessa diferença de gêneros estava presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), divulgada durante a Revolução Francesa, que afirmava que as atividades básicas eram designadas exclusivamente aos homens. Para rebater esse documento, Olympe de Gouges desenvolveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), mostrando a importância das mulheres na política e na economia, discutindo também assuntos sobre igualdade de direitos (CELLI, 2019).

A primeira onda do feminismo iniciou no final do século XIX e durou até meados do século XX. Nessa primeira fase, as principais causas defendidas eram relacionadas aos direitos políticos, à liberdade de escolha das mulheres e ao direito de desfrutar a vida pública. Foi nessa onda que surgiu o movimento sufragista pelo direito ao voto das mulheres, que ganhou força no Reino Unido e nos EUA.

As mulheres da época lutavam contra a ideia tradicional estadunidense de que deveriam ser esposas submissas, mães e donas de casa. Antes de 1910, apenas quatro Estados americanos haviam concedido às mulheres o direito ao voto: Wyoming (1896), Colorado (1893), Utah (1896) e Idaho (1896). Em 1916, a Associação Americana Nacional para o Sufrágio da Mulher (NAWSA) lançou um projeto visando ao voto universal; porém,



apenas em 1920, a Emenda nº. 19 à Constituição estadunidense foi ratificada e o direito às mulheres ao voto foi assegurado (LENZI, 2019). Especificamente nos Estados Unidos, essa onda ainda teve como pauta a igualdade de condições de trabalhos nas indústrias, com o objetivo de conquistar para elas salários e cargos de trabalhos semelhantes aos dos homens.<sup>5</sup>

Apesar de não abrangerem nosso marco temporal, é importante ressaltar, brevemente, as outras ondas feministas constituídas ao longo do tempo. A segunda onda aconteceu entre os anos 1960 e 1990, em que houve uma intensificação na luta pela igualdade social e de direitos. As mulheres passaram a questionar todas as formas de submissão e de desigualdade que enfrentavam, ou seja, liberdade sexual, maternidade, direitos de reprodução e as opressões sofridas interligando raça, gênero, etnia e classe social. Nesse período, as mulheres negras se juntaram ao movimento, trazendo ainda mais força e também novas demandas, tornando a luta feminista mais ampla.

Já a terceira onda feminista foi marcada pelas mudanças ocidentais dos anos 1990, como o fim da União Soviética, a queda do muro de Berlim, o término das ditaduras da América Latina, o advento do neoliberalismo, assim como o crescimento econômico e cultural dos Estados Unidos e as revoluções tecnológicas. Nessa fase, as mulheres buscaram a total liberdade de escolha em relação a suas vidas, surgindo o termo “feminismo interseccional”, que faz referência aos vários tipos de opressão que uma mulher pode sofrer devido a sua raça, classe, comportamento ou orientação sexual (LENZI, 2019).

---

5 A busca por igualdade salarial e por cargos ainda é de expressiva relevância no século XXI. De acordo com estudo da International Labor Organization (2016), em uma escala global, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 23%, não estando vinculada apenas a distinções de idade e educacional, mas também à subvalorização do trabalho feminino e a práticas de discriminação. Tal disparidade somente seria eliminada em um prazo de 70 anos (segundo as atendências atuais). Já no Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017, p. 03-04), entre 1995 e 2015, o rendimento das mulheres negras foi valorizado em 80%, contudo, “a escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras”.

O movimento é dividido em ondas, pois, com o advento do capitalismo, cresceu a desigualdade de gênero. Com isso, as demandas das mulheres se tornaram diferentes, ou seja, a luta de uma mulher burguesa não era a mesma de uma mulher da periferia, assim como o combate contra o machismo não é o mesmo nos Estados Unidos e na França, por exemplo. Assim, ao dividir as pautas, as participantes do movimento encontram mais forças para alcançar a igualdade.

Até ser ratificada a 19ª Emenda, em 1920, a Constituição estadunidense não possuía cláusulas específicas para a proteção das mulheres, seja no âmbito político ou social. Não se pode esquecer, como citado anteriormente, que a luta feminista possui distinções relacionadas à raça. Em 1851, a ex-escrava e abolicionista estadunidense Sojourner Truth proferiu o discurso "*Ain't I a woman?*" - seu argumento central era de que a cultura norte-americana conferia privilégios às mulheres brancas, a exemplo de não necessitarem exercer atividades remuneradas. Já no caso das mulheres negras, tais distinções não lhes eram conferidas (CANUTO, 2016).

Apesar de toda luta e movimentação das mulheres, sofre-se um retrocesso após a Segunda Guerra Mundial (1945) no referente à imagem da mulher, que volta a ser associada às tarefas domésticas e à criação dos filhos. Tal situação advém da mobilização para que as mulheres se retirassem do mercado de trabalho a fim de ceder espaço aos homens retornados da guerra - que, assim, poderiam assumir seus postos de líderes e provedores do sustento familiar. As políticas públicas do pós-guerra nos Estados Unidos também contribuíram para nutrir um ideal de família que enfatizava a mulher nos papéis de esposa, mãe e dona de casa. Essa retomada aos afazeres "do lar" foi sentida mais pelas mulheres que permaneceram nas cidades e preencheram as vagas deixadas pelas partidas dos homens.

Não obstante, deve-se ressaltar que, quanto às mulheres que se juntaram às Forças Armadas, houve um apelo para que fossem reconhecidas e adquirissem os mesmos direitos atribuídos aos homens. Em meados de 1946, o exército pediu ao Congresso que o Corpo do Exército de Mulheres fosse estabelecido como uma parte permanente do Exército Regular. Porém, por obra de políticos conservadores, o projeto foi adiado no Congresso por dois anos, até que, em 12 de junho de 1948, se tornou lei (TREADWELL, 1991).

#### **4 A Segunda Guerra Mundial e a mulher estadunidense**

Em uma atmosfera de crise econômica, advinda da Grande Depressão de 1929, houve na Alemanha a ascensão, em 1933, sob a liderança de Adolf Hitler, do Partido Nacional Socialista da Alemanha, cujo programa de governo visava à recuperação econômica e militar do país e à revisão dos termos do Tratado de Versalhes (1919). O acordo proibia a Alemanha de ter navios e aviões de guerra, limitava o número de soldados na infantaria, ao passo em que obrigava a nação alemã a pagar uma indenização e a entregar suas colônias para os vitoriosos da Primeira Guerra Mundial. Em contrapartida, a França e a Inglaterra desejavam manter uma política de não intervencionismo na Europa, para evitar o surgimento de qualquer tipo de conflito armado (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2009).

Após a assinatura do tratado de não-agressão com a União Soviética, o governo alemão ordenou a invasão da metade ocidental da Polônia (1939), instigando um sentimento de rivalidade com a França e a Inglaterra, fazendo estes assinarem um compromisso com o governo polonês, em 1939, garantindo a integridade regional polonesa. Dois dias após a ordem alemã, França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha, iniciando-se assim a Segunda Guerra Mundial (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL, 2009).

A nova Guerra teve a participação de 72 Estados, contando com duas alianças militares: o Eixo, um pacto de apoio mútuo entre Alemanha, Japão e Itália; e os Aliados, formado por diversos Estados liderados inicialmente por Reino Unido e França. Até meados de 1942, a guerra caracterizou-se pelo expansionismo vitorioso do Eixo, que estava em fase de contenção e iniciando a contraofensiva aos Aliados (HOBSBAWN, 1995).

Para entender a entrada dos EUA na guerra, é preciso primeiramente dar enfoque ao Japão. O expansionismo japonês teve início no fim do século XIX, porém se intensificou no ano de 1931, com a invasão da Manchúria. No ano de 1940, o império japonês juntou-se ao Eixo e prosseguiu com sua política expansionista em busca de recursos energéticos (MORAIS, 2018).

Como tentativa de frear essa expansão, os EUA impuseram sanções econômicas ao país. Até o momento, o governo estadunidense apresentava um receio de entrar no conflito. Seguindo o plano de expansão territorial, os japoneses só precisariam derrotar os estadunidenses no oceano Pacífico – e, com esse intuito, o Japão realizou, em 1941, o ataque a Pearl Harbor, base americana situada no Havaí. Ao final do ataque, o empreendimento realizado pela esquadra japonesa surtiu efeito, o local foi totalmente destruído e o Japão teve 29 aviões abatidos. (CARVALHO, 2020).

A situação levou o presidente norte-americano Roosevelt a declarar guerra ao Japão, juntando-se ao grupo dos Aliados, que já contava com a presença da União Soviética. Vale ressaltar que os estadunidenses possuíam um forte e organizado exército, com uma capacidade bélica expressiva. Outro motivo pelo qual os EUA entraram na guerra foi a assinatura de acordos entre Roosevelt e o Primeiro Ministro inglês, Winston Churchill. Juntos, firmaram o documento denominado Carta do Atlântico, cujo objetivo era contrário à ideologia e à política nazista.

A entrada dos Estados Unidos foi primordial para a vitória dos Aliados. A primeira vitória na Segunda Guerra Mundial aconteceu na batalha de Midway (1942), derrotando a marinha japonesa. Em 1943, Roosevelt enviou as tropas estadunidenses para o Egito, onde venceram o exército alemão na Batalha de Al Alamein. Outro ponto relevante foi o desembarque na Normandia (França), juntamente com os Aliados, derrotando o exército alemão, mais uma vez, resultando na devolução de Paris para a França, que estava sob domínio alemão (CARVALHO, 2020).

Pela primeira vez, os EUA utilizam um ataque envolvendo armas nucleares, mais especificamente, uma bomba atômica. O país bombardeou as cidades de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, acarretando uma vasta destruição humana e natural derivada da radioatividade nuclear – finalizando a guerra e selando um novo período da história mundial (HOBSBAWM, 1995).

Como já apresentado, no período entreguerras, os homens saíam para trabalhar enquanto as mulheres ficavam em casa realizando tarefas domésticas, tais como cozinhar, limpar, cuidar das crianças. Porém, após a entrada dos EUA na Segunda Guerra

Mundial, os homens entre 20 e 40 anos foram convocados a participarem do conflito, deixando suas casas aos cuidados totais das mulheres.

Com os homens longe, não havia trabalhadores suficientes para produzirem os suprimentos militares, como aviões, navios e armas. Nesse cenário escasso de mão de obra, o governo estadunidense lança a campanha “Poder Feminino”, a qual incentivava os donos das fábricas a contratarem mulheres para desempenharem o trabalho braçal. “As arenas de guerra em que as mulheres americanas testemunharam - e muitas vezes ajudaram a gerar - mudanças e desafios cruciais foram empregos baseados em salários, trabalho voluntário, serviço militar e expressão sexual” (MCEUEN, 2016, p. 02, tradução nossa).<sup>6</sup>

A princípio, houve resistência dos donos de fábricas ao contratarem mão de obra feminina. Os empregadores diziam que as mulheres não se “encaixavam” no ambiente, por causa da sujeira e do perigo existente no trabalho nas fábricas. Porém, sem essa ajuda das mulheres, os Aliados seriam prejudicados na guerra, já que se precisavam de suprimentos. A partir desse cenário, o governo lança uma campanha de incentivo para mudar o pensamento da sociedade, cuja ideia central da campanha era “Mulheres trabalhadoras vencerão a guerra”.

Houve a propagação dessa nova imagem por meio de cartazes, filmes, revistas, anúncios de rádios, objetivando mostrar a ânsia da entrada das mulheres para o time de força. Assim, começaram a apagar da memória dos estadunidenses a imagem da mulher doméstica e investiram na mulher trabalhadora e capaz. Esse esforço surtiu efeito e as mulheres entraram para o mercado de trabalho (MCEUEN, 2016).

Mulheres negras raramente apareciam em propagandas voltadas ao trabalho industrial, embora suas realizações e prêmios nesses locais fossem amplamente divulgados em revistas e jornais afro-americanos. Essa cobertura consistiu em uma parte vital da

---

6 *“The wartime arenas where American women witnessed—and often helped to generate— crucial changes and challenges were wage-based employment, volunteer work, military service, and sexual expression.”*

campanha “*Double V*”, esforço lançado pela imprensa negra para derrotar o racismo em território nacional enquanto as tropas combatiam o fascismo no exterior (MCEUEN, 2016).

As estadunidenses começaram trabalhando em fábricas de aviões, apertando parafusos, e desempenhando todas as funções relacionadas às armas para submarinos. Mesmo sendo aceitas no meio trabalhista, elas ainda recebiam menos que os homens, apesar de realizarem as mesmas tarefas. Apesar desse déficit salarial, as mulheres se sentiam orgulhosas por fazerem parte desse cenário de guerra.

As funções delas não eram apenas em fábricas; elas ajudavam a manter o país funcionando. Treze milhões de mulheres tinham trabalhos em diversas áreas, e atuavam arrumando carros, como bombeiras, na área de construção ou na manutenção dos trabalhos em fazendas (SCOPE, 2018). Conforme as estadunidenses iam mostrando resultados em suas tarefas, foram surgindo novas oportunidades de trabalho como jornalistas, médicas, advogadas, químicas e engenheiras.

Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, todos os quatro ramos das Forças Armadas criaram unidades especiais para mulheres, em que mais de trezentas mil mulheres se alistaram. Por causa da grande mobilização das Forças Armadas para a guerra, milhares de vagas administrativas surgiram nesses ramos, o que inspirou o apelo por mulheres militares. Entretanto, elas não eram treinadas para o combate, ou seja, podiam usar uniformes, marchar em formação e serem promovidas, mas apenas homens podiam enfrentar as forças inimigas nos campos de batalha. Apesar disso, as alistadas trabalhavam, por exemplo, operando telegramas, traduzindo e pilotando novos aviões para bases militares (JARVIS, 2004).

Esse recrutamento deu-se pela campanha “liberte um homem do serviço de combate”, em que as famílias que já possuíam parentes alistados acreditavam que os homens viriam para casa mais cedo se as mulheres ajudassem a ganhar a guerra, e o jeito mais eficiente delas conquistarem esse objetivo era liberando os homens do dever de combate. Existia também a necessidade de produzir mais suplementos para os soldados, e de pessoas capazes

de realizar tarefas repetitivas e minuciosas que não permitiam erros. Portanto, abriu-se também esse espaço para as mulheres, já que elas são conhecidas por serem mais cuidadosas do que os homens (TREADWELL, 1991).

Para as mulheres que possuíam filhos, foi preciso deixar os mais velhos encarregados das tarefas do lar, pois babás eram difíceis de encontrar, visto que as mulheres que permaneceram no país foram convocadas para trabalhar a serviço do Estado. As compras de mantimentos eram responsabilidades das crianças – porém, nesse período de guerra, o açúcar, a carne e o leite eram racionados. Essas mães trabalhadoras receberam assistência limitada de Instituições de Assistência à Infância, patrocinadas pelo Governo Federal, autorizadas sob a Lei Lanham (1940), uma extensão dos projetos de obras públicas da era da Grande Depressão. Esse projeto era concentrado principalmente nas áreas de guerra e atendeu seiscentas mil crianças (COHEN, 1999).

As pressões sobre as mães trabalhadoras aumentaram durante os anos de guerra, com o advento do crescimento de relatos sobre a delinquência juvenil. Essas mulheres eram forçadas a tomar decisões difíceis: algumas escolhiam turnos duplos para poder ficar com seus filhos no período do dia, enquanto outras decidiam trabalhar de dia, sendo criticadas por deixar seus filhos sozinhos. Nesse cenário, surgiram as especulações de que as mulheres que ingressaram nas forças de trabalho foram estimuladas por um “incentivo de renda adicional e prontidão para escapar das suas responsabilidades do lar” (CANDEE, 1943, p. 47), ao invés dos motivos de servir à pátria, naturalmente relacionado à figura masculina.

Com isso, era comum testar a consciência feminina sobre sua participação nos esforços de guerra. Ou seja, as mulheres deveriam querer realizar os trabalhos de defesa, alistando-se em posições de voluntariado ou ingressando em uma organização militar de mulheres para apoiar as tropas de combate, pelo simples senso de dever patriótico. Usar essas posições para alcançar qualquer tipo de independência pessoal era visto como egoísta ou imprudente. Usava-se do apelo emocional, ao final da guerra, para convocar mais enfermeiras e atrair mulheres que não mais queriam fazer parte dos esforços de guerra. Um exemplo era a seguinte pergunta:

“o seu conforto é tão importante quanto a vida de 15 soldados feridos?” (MCEUEN, 2016, n.p., tradução nossa).<sup>7</sup>

Em 1945, mais de seis milhões de mulheres tinham trabalhos relacionados à guerra. Quando houve o fim do conflito, os soldados que voltavam a seus lares esperavam ter os trabalhos antigos de volta. Porém, o cenário que eles deixaram não existia mais, pois as mulheres estavam desenvolvendo suas funções. Devido a esse retorno, os donos das fábricas pressionavam as mulheres a deixarem seus empregos, para que os postos fossem devolvidos aos homens. Contudo, três quartos das trabalhadoras mulheres não quiseram abandonar seus cargos (SCOPE, 2018). Esse ato de resistência, porém, não surtiu o efeito esperado, pois as estadunidenses começaram a ser demitidas. Em um ano, mais de três milhões de mulheres saíram da força de trabalho.

Esse movimento de demissões atingiu também as mulheres negras que, paralelamente à guerra, estavam combatendo o racismo em território nacional. Essas mulheres, ao se juntarem aos esforços de guerras, pensaram ter conquistado um novo patamar na história, imaginando que, ao final do conflito, elas poderiam exercer trabalhos mais dignos e autônomos (MCEUEN, 2016). Porém, não foi isso que aconteceu; segundo observado pelo sociologista afro-americano Walter Chivers (apud MCEUEN, 2010), em 1943, a mulher negra, que pensou ter deixado o serviço doméstico para se juntar aos esforços de guerra, mais uma vez teria que procurar emprego nas casas das mulheres brancas.

Ter trabalhado durante a guerra despertou nas mulheres o sentimento de independência, em que elas não mais aceitariam ser subordinadas aos homens. “Algumas mulheres tornaram-se viúvas antes de realmente serem esposas” (POPKIN, 1945, p. 60, tradução nossa).<sup>8</sup> Começou, assim, o movimento de manifestações femininas, lutando pelo tratamento igualitário na sociedade estadunidense. Graças ao trabalho desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres aprenderam que possuem direitos tanto quanto os homens, e que elas podem estar presentes em qualquer tipo de ambiente, realizando todos os tipos de atividades.

---

7 *“Is Your Comfort as Important as the Lives of 15 Wounded Soldiers?”.*

8 *“Some women became widows before they were really wives”.*



## 5 Considerações finais

O presente artigo possibilitou uma análise de como o papel da mulher estadunidense sofreu mudanças ao longo da história, destacando o marco da Segunda Guerra Mundial. Essa temática ganhou expressiva importância no âmbito das Relações Internacionais com os estudos de gênero e com a ascensão do movimento feminista, possibilitando a compreensão do papel ativo das mulheres em questões de defesa e segurança internacional. Assim, o papel das mulheres estadunidenses na guerra possibilita a conscientização, no que diz respeito à relevância da mulher, em um ambiente conhecido popularmente por conter apenas homens.

Na primeira parte do artigo, foi exposto que a mulher não era considerada como membro ativo da sociedade estadunidense, não possuía direito ao voto e apenas exercia tarefas domésticas e subordinadas aos homens. No período entre 1920 e 1939, surgiram movimentações feministas para tentar mudar essa concepção da mulher na sociedade, e lutar para a conquista de seus direitos. A primeira onda do movimento feminista se iniciou no final do século XIX e foi até meados do século XX, com pautas relacionadas ao direito político, à liberdade de escolha das mulheres e ao direito de desfrutar a vida pública. Nesse contexto, surgiu o movimento sufragista, o qual as mulheres lutaram pelo direito ao voto, que até então não era permitido nos Estados Unidos.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o papel da mulher sofreu mudanças devido a ida dos homens para os campos de batalhas. Em razão disso, as estadunidenses começaram a ser convocadas aos postos de trabalhos, que antes eram dados aos homens. Elas exerciam suas tarefas como mecânicas, engenheiras, bombeiras e trabalhadoras industriais, e estavam presentes também nas manutenções das fazendas. Contudo, com a grande mobilização das Forças Armadas para a guerra, vagas administrativas começaram a surgir, o que impulsionou o apelo por mulheres militares. Todavia, as estadunidenses convocadas não eram treinadas para campos de batalha, e, desta forma, essas mulheres não podiam participar do *front* (JARVIS, 2004).

Ao final do conflito, os homens que retornavam desejavam ocupar seus cargos antigos, porém não foi tão simples assim. Os

donos das fábricas pressionavam as mulheres para deixarem seus cargos e os devolverem aos homens; muitas cederam, e as que continuaram foram obrigadas a sair, retomando, assim, o cenário que existia antes do advento da guerra. Com isso, mulheres voltaram a seus lares para exercerem tarefas domésticas.

Ainda assim, elas não mais aceitaram a submissão, continuando a luta por maiores igualdades. O movimento feminista se intensificou, embasado nas experiências vividas pelas mulheres e no crescente sentimentalismo de liberdade social. Esse movimento foi incentivador da reivindicação em favor da permanência do espaço conquistado pela mulher. A “segunda onda” surge com novas questões, polemizando a imagem da dona de casa.

A mulher estadunidense persiste no serviço e contribui significativamente para os esforços de guerra. A transição, em 1943, do status “auxiliar” para “Corpo de Exército das Mulheres” foi de fato um reconhecimento de seu valioso trabalho. Sendo assim, os locais de trabalho já não são mais o de padrão doméstico; esse universo se liberta de regras anteriormente ligadas ao trabalho que ali se realizava, e o campo do trabalho passa a ser regido por contratos coletivos (SILVA, 2004).

Deve-se ressaltar que a entrada das mulheres no conflito gerou benefícios aos Estados Unidos, pois, sem elas, os Aliados não teriam tido todos os recursos necessários para vencer a guerra, devido à possibilidade de falta de suprimentos. Foram as mulheres que os forneceram, fabricando armamentos, entregando aviões nas bases militares e mantendo a economia do Estado ativa.

Em 1945, os Estados Unidos ocupavam uma posição econômica dominante, com 60% da capacidade de produção mundial, graças à participação das mulheres nas indústrias (MILWARD, 1979). O Corpo de Mulheres do Exército foi bem-sucedido porque sua missão de ajudar os Estados Unidos em tempos de guerra fez parte de um esforço nacional maior, exigindo um sacrifício de todos os estadunidenses, especialmente das mulheres.

O esforço de guerra iniciou mudanças econômicas e sociais e alterou eternamente o papel da mulher na sociedade estadunidense (TREADWELL, 1991). Podemos corroborar, desta forma, a ideia de que as Grandes Guerras alteraram as relações entre os

gêneros e que tiveram grande contribuição para a emancipação das mulheres. Segundo a historiadora Françoise Thébaud (1991), a guerra constitui uma experiência de liberdade e de responsabilidade sem precedentes, por valorizar o trabalho feminino ao serviço da pátria e pela abertura de novas oportunidades profissionais.

Portanto, é possível concluir que os movimentos feministas e a Segunda Guerra Mundial foram primordiais para a construção desse papel das mulheres na sociedade, pois abriram oportunidades para o ingresso delas nos ambientes antes habitados apenas pela figura masculina. Ajudaram as mulheres a enxergar que possuem importância na sociedade, e que elas podem fazer mais do que apenas trabalhar nos afazeres domésticos e subordinadas aos homens. Esse ato gerou impactos tanto na economia quanto na política: os donos das fábricas, por exemplo, tiveram que adaptar seus ambientes para a entrada dessas mulheres, e o Estado teve que formular novas leis que protegessem e dessem direitos a elas, como a 19ª Emenda à Constituição estadunidense, que lhes garantiu o direito ao voto.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Jaqueline. O American Way of Life na reconstrução da Europa no Pós-Guerra **Revista Relações Internacionais no mundo atual**, Curitiba, PR, v. 1, n. 20, p. 218-252, 2015.

BEAUVOIR. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEYOND the Story: American Woman During World War II. Scholastic Scope, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nxDdVoiLHcg>. Acesso em: 19 maio 2020.

BROWMILLER, Suzan. **Against Our Will: Men, women and rape**. New York: Simon and Shuster, 1975.

CANDEE, Beatrice. Women in Defense Industry. **Opportunity**, New York, v. 21, p.46-49, 1943.

CANUTO, Alice. **(Re)visitando personagens, cenários e vozes: nas tramas sobre o “sujeito” do feminismo no Blogueiras Feministas**. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/wp-content/plugins/downloadattachments/includes/download.php?id=1837>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARVALHO, Leandro. Entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. **UOL - Mundo Educação**, História Geral, 2020. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/entrada-dos-eua-na-segunda-guerra-mundial.htm>> Acesso em: 06 jun. 2020.

CELESTINO, Cassiano; ALMEIDA, Isis. Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Historiador**, Aracaju, SE, n. 14, 2016.

CELI, Renata. Feminismo: o que é esse movimento? **Portal Stoodi**, 2019. Disponível em: <https://www.stoodi.com.br/blog/2019/02/06/feminismo-o-que-e/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Segunda Guerra Mundial**. Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos3745/AGuerraNoBrasil/SegundaGuerraMundial>> Acesso em: 21 jun. 2020.

GIANNINI, Renata; MATHIAS, Suzeley. Gênero nas Forças Armadas. In: SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos** – um breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015**. 2017. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf). Acesso em: 28 jan. 2021.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Women at work** – trends 2016. Geneva: ILO, 2016.

ISQUIERDO, Larissa. Pensando o gênero nas relações internacionais. **NEPRI UFPR**, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/23459800/Pensando\\_o\\_g%C3%AAnero\\_nas\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_internacionais](https://www.academia.edu/23459800/Pensando_o_g%C3%AAnero_nas_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais). Acesso em: 11 jun. 2020.

JARVIS, Christina. **The Male Body at War: American Masculinity during World War II**. Illinois: Northern Illinois University Press, 2004. p. 56-83.

LENZI, Tié. O que é o movimento feminista. **Toda Política**, 2019. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/movimentofeminista/#:~:text=O%20movimento%20feminista%20%C3%A9%20um,sociedade%20a%20estruturas%20mais%20justas>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MANZANO, Irene. En los Márgenes de la Disciplina: Feminismo y Relaciones Internacionales. *In*: MOYÚA, Celestino Del Arrenal; SANAHUJA, José Antonio. (org.) **Teorías de las Relaciones Internacionales**. Madrid: Tecnos (Grupo Anaya, S.A.), 2015.

MCEUEN, Melissa. Women, Gender and World War II. **Oxford Research Encyclopedia**, Oxford, American History, 2016.

MCEUEN, Melissa. **Making war, Making women** - Femininity and Duty on the American Home Front, 1941–1945. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2010.

MILWARD, Alan S. **War, Economy and Society: 1939-1945**. Berkeley: University of California Press, 1979.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 1, p. 59-80, 2013.

MORAIS, Pamela. A Segunda Guerra Mundial e seus Impactos a Níveis Globais. **Portal Politize**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/segunda-guerra-mundial/#toggle-id-1>. Acesso em: 06 jun. 2020.

OLIVEIRA, Gabrielly. **Mulheres e Política nos Estados Unidos: A Luta pela Aprovação da Equal Rights Amendment (2007/2017)**. 2017. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20644>. Acesso em: 06 jun. 2020.

POPKIN, Zelda. A Widow's Way. **McCall's magazine**, nov. 1945.

SCHOLZ, Flávia Werner. Gênero e as Relações Internacionais: o Uso da Violência Sexual como Arma de Guerra. **Cadernos de Relações Internacionais/PUC - Rio**: Edição especial "Gênero e Sexualidade nas RI", Rio de Janeiro, v. 1, p. 01-20, abr. 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33490/33490.PDFXXvmi=>. Acesso em: 26 out. 2019.

SILVA, Francisco. O século XX: entre luzes e sombras. *In*: SILVA, F. **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THÉBAUD, François. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. *In*: DUBY, Georges & PERROT, Michele (Eds.). **História das mulheres no ocidente**. O século XX. Porto Alegre: Edições Afrontamento Ltda, 1991.

TICKNER, Ann. Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to IR. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 30, n. 4, p. 2173-2188, 2005.

TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 62, n. 2, p. 221-233, 2018.

TREADWELL, Mattie E. **United States Army in World War II: The Women's Army Corps**. Washington: Library of Congress, 1991.